



MUNICÍPIO DE QUATIGUÁ

Av. Dr. João Pessoa, nº 1.300, Centro
CNPJ nº 76.966.852/0001-08 / SITE: www.quatigua.pr.gov.br
FONE: (43) 3564-1381 - E-mail: licitacao@quatigua.pr.gov.br
86.450-000 - QUATIGUÁ - ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 17/2024

(Processo Administrativo nº 59/2024)

(Protocolo nº 328/2024)

(Participação exclusiva MEI/ME e EPP, Lei 147/2014)

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE QUATIGUÁ – ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais torna público, que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos Decretos Municipais nº 04/2024 e 06/2024 e demais legislações aplicáveis.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 00H01MIN DO DIA 18/10/2024 ÀS 07H50MIN DO DIA 23/10/2024

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h00min do dia 23/10/2024, com prazo de 06 (seis) horas para apresentação de lances.

1. OBJETO DA DISPENSA ELETRÔNICA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de produtos e equipamentos para agentes de endemias**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo II deste Edital de Dispensa Eletrônica.

2. DO VALOR MÁXIMO TOTAL

2.1. O valor máximo total admitido para a presente contratação é de **R\$ 26.435,30 (vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta centavos)**, conforme especificado no Anexo II do presente edital.

2.2. A participação no certame é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#)

2.3. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e, quando for o caso, as equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como **prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sediadas no Paraná (regionalização Art. 10, § 1º II, da Lei Municipal nº 2.063/2016)**, estabelecendo o limite de **5% do melhor preço válido, de acordo com o contido na Lei Complementar nº 147/2014 – Capítulo V – Artigo 48 – III – § 3º.**

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante realização sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Dispensa Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL**, disponível no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com/Home/Login>.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos por Servidor do **MUNICÍPIO DE QUATIGUÁ – ESTADO DO PARANÁ**, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “BLL compras” constantes da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (<https://bllcompras.com/Home/Login>).

3.3. O Agente de Contratação responsável por esta Dispensa Eletrônica será: **Gilvan de Oliveira**; e-mail para contato: licitacao@quatigua.pr.gov.br.

3.3.1. Os interessados deverão se inscrever realizando o devido credenciamento junto à **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**; telefone: **(041) 3097-4600**; e-mail: contato@bll.org.br; até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento, que deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- I- Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório do Serviço de Registro Civil e Títulos e Documentos, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;
 - a) **No caso da apresentação de alteração contratual consolidada, fica dispensada a apresentação das alterações anteriores à consolidação.**
 - b) **Tal exigência se faz necessária tendo em vista a obrigatoriedade de se cadastrar todas as empresas participantes do certame, para fins de repasse de informações obrigatórias ao Tribunal de Contas do Estado;**
 - c) **O Acesso a tais documentos, por parte deste Município, se dará somente na fase de habilitação do certame.**

II- Demais documentos exigíveis pela BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

3.4. O acesso do operador a Dispensa Eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a Dispensa Eletrônica.

3.6.1. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da dispensa eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.6.2. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade.

3.6.3. As empresas interessadas deverão informar no campo próprio, quando do cadastro de sua proposta no sistema BLL, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de exclusividade, nos termos da Lei Federal Complementar nº 123/06 e alterações pela Lei Federal Complementar nº 147/14.

3.7. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

3.7.1. Que não atendam às condições deste Edital de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, **ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;**

- c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
 - f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
- 3.7.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 3.7.5. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 3.7.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 3.7.7. Sociedades cooperativas.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do edital de Dispensa Eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 4.2.1. Em se tratando de serviços, para o campo marca poderá ser digitado o termo “sem marca”;
- 4.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, conforme item 6.5.2 deste Edital.**
- 4.3.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 4.5.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência – Anexo II**, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. Até o encerramento de recepção das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5. FASE DE LANCES

- 5.1. A partir das **08h00min** da data estabelecida neste Edital de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será aberta pelo Agente de Contratação e sistema para liberado para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **sendo encerrado automaticamente a finalização de lances após completar 06 (seis) horas de lances, contadas a partir do momento do efetivo início da fase de lances.**
- 5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.4.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Edital de Dispensa Eletrônica.
- 5.4.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta será indicado na plataforma.
- 5.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 5.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 5.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 5.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 6.2.4. **Será verificada a prioridade de contratação a microempresa ou empresa de pequeno porte, sediada no Estado do Paraná, que ofertou proposta de preços até 5% superior ao melhor preço válido, a qual será considerada vencedora.**
- 6.2.5. **Não havendo a participação de microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente ou, ainda, caso as participantes não se enquadrem no intervalo de preços de até 5%, ou venham a ser inabilitadas, será o melhor preço válido mantido para fins de futura e eventual contratação.**
- 6.2.6. **Não se aplica, caso o melhor preço válido for ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte sediada no Estado do Paraná**
- 6.3. Após a finalização da fase de lances, o licitante mais bem classificado, **no prazo máximo de 02 (duas) horas úteis, deverá enviar em campo próprio do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado, conforme modelo (ANEXO IV).**
- 6.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

- 6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **30 (trinta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.5.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 6.5.2. Identifique o licitante, seja através de marca ou qualquer informação.
 - 6.5.3. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste edital ou em seus anexos;
 - 6.5.4. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.5.5. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.5.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 6.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 6.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 6.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Dispensa Eletrônica.

7. HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste edital e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 7.2. A documentação de habilitação deverá ser inserida na plataforma eletrônica.
- 7.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
 - b) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas do Estado;
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
 - d) Cadastro de fornecedores sancionados do Município.
- 7.3.1. A pesquisa da prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública será realizada em nome da pessoa física, identificada com número do Cadastro de Pessoa

Física - CPF ou em nome da pessoa jurídica, identificada com o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, a ser contratada, bem como de seus sócios, mas o impedimento dos sócios somente poderá frustrar a contratação da pessoa jurídica se forem verificadas situações de abuso da personalidade jurídica ou burla à penalidade imposta, o que deve ser apurado em procedimento próprio, garantido o contraditório e a ampla defesa, procedimento este que não se aplica ao caso de empresário individual, em que o impedimento no CPF e CNPJ se comunicam.

7.3.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.3.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio da documentação exigida no **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**.

7.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital de Dispensa Eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital de Dispensa Eletrônica.

7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Ordem de Compra), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de Dispensa Eletrônica.

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, por meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implicam o reconhecimento de que:

8.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

8.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação será neste exercício, prorrogável conforme previsão nos anexos a este

Edital de Dispensa Eletrônica.

8.5. As condições de habilitação e contratação consignadas neste edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

9.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

9.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

9.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Dar causa à inexecução total do contrato;
- c) **Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;**
- d) **Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;**
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

- a) Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

9.2.2.2. A sanção prevista no item 9.2.2 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Quatiguá, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.2.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsificada durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- b) Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.2.3.1 A sanção prevista no item 9.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Quatiguá, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.2.4. Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.2.1 a 9.2.3.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia

prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.7. O não pagamento nos prazos fixados no Termo de Referência deste edital acarretará multa à **CONTRATANTE**, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

$I = (TX/100) / 365$;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora

anual; EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

10.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

10.2. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusivas”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **“prática obstrutiva”**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste edital e nas cláusulas do **Contrato**; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

10.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

10.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado no aplicativo “BLL compras” constantes da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (<https://bllcompras.com/Home/Login>), no Portal Transparência deste Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

11.2. No caso deste processo restar fracassado, a Administração poderá:

11.2.1. Fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

- 11.2.1. Republicar o presente edital com uma nova data;
- 11.2.3. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 11.2.3.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento eletrônico.
- 11.3. As providências dos subitens 11.2.2 e 11.2.3 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 11.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 11.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 11.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 11.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 11.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.9. As normas disciplinadoras deste Edital de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 11.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 11.13. Integram este Edital de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;
 - 11.13.2. ANEXO II – Termo de Referência;
 - 11.13.3. ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada;
 - 11.13.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços (licitante vencedor).

Quatiguá, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2024.

Adelita Parmezan de Moraes
Prefeita

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

3 Das declarações:

3.1. Para fins de habilitação junto o certame a empresa deverá ainda apresentar, através do sistema eletrônico – Plataforma BLL, às seguintes declarações:

- a) que atende aos requisitos de habilitação, e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- e) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso II do art. 5º da Constituição Federal](#);

f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

g) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

h) que em seu quadro societário, cotistas ou dirigentes não compõe servidor do órgão licitante, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do órgão ou entidade licitante, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação conforme dispõe o acórdão nº 2.745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, membro da administração do Poder Executivo e Legislativo do Município de QUATIGUÁ, Estado do Paraná, que ocupem tais funções e demais disposições previstas na legislação vigente.

3.2. O atendimento ao subitem 3.1 poderá ser através da apresentação de **Declaração Unificada**, conforme modelo constante do anexo III deste edital.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. A falsidade das declarações de que trata este item sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4 Qualificação técnica:

Não é exigido qualificação técnica.

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2024****DISPENSA ELETRÔNICA Nº 17/2024****1. DO OBJETO (art. 27, §1º, Inciso I, VIII, IX do decreto municipal nº 04/2024.**

1.1. A presente licitação tem por objeto a **Aquisição de produtos e equipamentos para Agentes de Endemias**, visando atender as necessidades, conforme especificações constantes neste Termo.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações dos itens descritas na BLL e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.3. ESPECIFICAÇÕES / PREÇO MÁXIMO:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Vestimenta composta de blusa e calça Vestimenta em tecido tipo malha 100% algodão. Composta de blusa manga longa, gola careca, calça tipo pijama com cordão para ajustes na cintura, com indicação para uso por baixo do conjunto de aplicação de defensivos. Destinados para uso por baixo dos EPI na aplicação de defensivos, como "segunda pele" a absorver os sais e demais substâncias químicas e orgânicas do suor, de forma a manter o usuário seco durante os trabalhos. Tamanhos a serem escolhidos entre P,M,G,GG e XG.	und	10	65,00	650,00
2	Vestimenta de corpo inteiro para pulverização Vestimenta de corpo inteiro confeccionada de material hidrorrepelente composta de capuz isolando, tipo boné, confeccionado com material fechamento abaixo do queixo, através de costura, com aba frontal em polietileno rígido revestido de tecido e pala para proteção do pescoço e da parte superior dos ombros. Viseira confeccionada com cabedal em poliamida 100% com velcro no fechamento para ajuste da peça na parte de traz e em torno da cabeça. Cabedal sem espuma, no formato reto. Na parte frontal, uma lâmina de acetato. Camisa com manga comprida e cavas retas com material hidrorrepelente. A gola contém velcro na parte frontal para fechamento e abertura, e tiras (cordel) de tecido na cintura para ajustes. Calça comprida, tipo reta, com material hidro-repelente, contém tiras de tecido no cóis para ajustes. Conjunto em cinco peças boné árabe, viseira, camisa, calça e avental. Aprovado para proteção do crânio, pescoço, tronco, membros superiores e membros inferiores do usuário contra riscos de origem química provenientes de agrotóxicos. Vestimenta que permite o processo de lavagem com uso de máquina doméstica. Deve apresentar proteção "C2" após um ciclo mínimo de 30 lavagens para a ISO 27065:2017, ou nível de proteção equivalente a normas técnicas aplicável. Certificado de aprovação vigente, data fabricação deve ter no máximo 6 meses da data de entrega caso aplicável a validade no objeto. tamanhos a serem escolhidos entre P,M,G,GG e XG.	und	10	122,33	1223,30
3	Calça operacional tática caqui flex Tecido Rip Stop Flex (Composição 55% poliéster/ 45% algodão), com stretch mecânico, proporcionando resistência, mobilidade e conforto. Cós com elástico que permite flexibilidade e se ajusta a variações de medidas do corpo. O efeito elástico do cós permite o alívio da pressão abdominal, aumentando o conforto ao longo da jornada diária. Seis bolsos multifuncionais e costuras reforçadas nas laterais e no gancho. Modelagem anatômica cós alto, ajustando-se esteticamente ao corpo. Tamanhos a serem escolhidos entre P,M,G,GG e XG.	und	10	161,98	1619,80

4	Botina de segurança para trabalho Bota de segurança confeccionada em couro, biqueira de polipropileno, fechamento de montagem em EVA, solado em Pu bidensidade bicolor com sistema de absorção de impacto, injetado diretamente no cabedal. Tamanhos na serem escolhidos.	und	16	90,67	1450,72
5	Colete Confeccionado em tecido de brim marrom, 100 % algodão, decote em V, fechamento com zíper, dois bolsos inferiores e dois bolsos superiores com lapelas, aplicação das logomarcas dentro dos padrões e normas, em bordado de 1ª qualidade. FRENTE: Brasão do município, tamanho da imagem: 5 cm², cor do bordado: colorido COSTAS: (tamanho do escrita 3 cm, cor do bordado: Branco) - 1 colete: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AGENTE DE ENDEMIAS. Tamanhos a serem escolhidos entre P,M,G,GG e XG.	und	20	63,50	1270,00
6	Capa de chuva preta com capuz PCV forrado Capa de chuva impermeável confeccionada em PVC forrado revestido por trama de poliéster. Possui mangas compridas, capuz, fechamento frontal através de botões de pressão e costurada através de soldas eletrônicas. Proteção da cabeça, tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água. 1 capa comprimento total 1,25 e 1 capa comprimento total 1,30.	und	30	30,05	901,50
7	Camiseta unisex Na cor preta, material 100% algodão, confeccionada com linha 100% poliéster, manga curta, gola formato V, com bordado de 1ª qualidade na cor branca, altura da letra 2cm 1 camiseta com a descrição: AGENTE DE ENDEMIAS no lado direito da camiseta, TAMANHOS a serem escolhidos entre P,M,G,GG e XG.	und	20	38,19	763,80
8	Óculos protetor Óculos utilizado para a proteção dos olhos contra pequenas partículas volantes, para a proteção dos olhos ao contato com líquidos nocivos, protegem contra raios ultra violeta, lentes com tratamento anti-risco, cor incolor, lentes de policarbonato com tratamento anti-risco, hastes articuladas tipo espátula, ajuste deslizante de comprimento, proteção.	und	10	9,28	92,80
9	Pipeta plástica 3ML pacote com 500	und	1	61,00	61,00
10	Pesca larvas, confeccionado em arame coberto com plástico verde, com cabo de 28 cm, e puçá no seguinte tamanho 10,5 cm x 9 cm largura x 10 cm fundo (nylon branco)	und	100	22,04	2204,00
11	Tubos de ensaio em acrílico para coleta de larvas, transparente, medindo 12mm de diâmetro externo, 75mm de comprimento com tampa. Para acondicionar formas imaturas de mosquito (larvas) e remessas para exame laboratorial no programa de erradicação de aedes aegypti	und	200	0,11	22,00
12	Palhetas para armadilhas do mosquito	und	500	1,05	525,00
13	Escada dobrável 16 degraus	und	1	724,59	724,59
14	Mascara facial completa	und	5	39,55	197,75
15	Luva de nitrilica cano longo	par	30	28,68	860,40
16	Avental impermeável	und	15	23,64	345,60
17	Mascara semi facial	und	5	40,35	201,75
18	Capacete de aba larga	und	5	68,75	343,75
19	Protetor auricular	und	30	19,96	597,90
20	Proveta de marcação 100ml para tirar vazão do inseticida	und	4	20,00	80,00
21	Escova de limpeza pequena	und	10	5,50	55,00
22	Lupa para leitura de palhetas	und	1	69,00	69,00

23	Boné com o logo da Secretaria Municipal de Saúde, na cor preta e azul	und	30	34,00	1020,00
24	Pote de 500 ml com tampa cor preta	und	200	14,77	2954,00
25	Tapoer com tampa 4 litros	und	5	23,37	116,85
26	Colher grande de pau	und	3	16,23	48,69
27	Jarra de plástico 5 litros com marcador	und	5	24,88	124,40
28	Bacia de alumínio pequena 300ml	und	10	49,67	1390,76
29	Concha de cozinha 9 cm	und	10	14,90	149,00
30	Balde de inox 20 litros	und	2	124,30	248,60
31	Bolsas com kit padrão CEVS para agente de endemias – bolsa padrão CEVS com material de coleta de amostras.	Und	15	350,50	2257,50
32	Anemômetro digital 10°C A 45°C	Und	2	455,00	910,00
33	Medidor de terra GPS S1 Wang Gan ou ferramenta de medição de montanha de 2,4 polegadas	Und	2	420,00	840,00
VALOR TOTAL R\$ 26.435,30 (vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta centavos).					

1.4. As estimativas e valores da contratação, preços unitários são baseadas na memória de cálculo conforme segue:

Conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamenta as normas gerais para licitação e contratação de serviços no âmbito da administração pública, elaboramos a presente estimativa de despesa para Aquisição de produtos e equipamentos para Agentes de Endemias.

1.4.1. Preço Estimado por Unidade:

Vestimenta composta de blusa e calça, vestimenta em tecido tipo malha 100% algodão. Composta de blusa de manga longa, gola careca, calça tipo pijama e com cordão para ajustes na cintura - R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais)

Vestimenta de corpo inteiro para pulverização, vestimenta de corpo inteiro confeccionada de material hidrorrepelente composta de capuz isolante, tipo boné – R\$122,33 (cento e vinte dois reais e trinta e três centavos)

Calça operacional tática caqui flex tecido rip stop flex(Composição 55% poliéster / 45% algodão), com stretch mecânico, proporcionando resistência, mobilidade e conforto. – R\$161,98 (Cento e sessenta e um reais e noventa e oito centavos)

Botina de segurança para trabalho, bota de segurança confeccionada em couro, biqueira de polipropileno – R\$90,67 (Noventa reais e sessenta e sete centavos)

Colete confeccionado em tecido de brim marrom, 100% algodão, decote em V, fechamento com zíper, dois bolsos inferiores e dois bolsos superiores com lapelas, aplicação das logomarcas dentro dos padrões e normas , em bordado de primeira qualidade. – R\$63,50 (Sessenta e três reais e cinquenta centavos)

Capa de chuva preta com capuz PVC forrado capa de chuva impermeável confeccionada em PVC forrado revestido por trama de poliéster. Possui mangas compridas, capuz, fechamento frontal através de botões de pressão e costurada através de soldas eletrônicas. – R\$30,05 (trinta reais e cinco centavos)

Camisa unisex na cor preta, material 100% algodão, confeccionada com linha 100% poliéster.- R\$38,19 (trinta e oito reais e dezenove centavos)

Óculos protetor, óculos utilizado para proteção dos olhos contra pequenas partículas volantes, para proteção dos olhos ao contato com líquidos nocivos. – R\$9,28 (Nove reais e vinte e oito centavos)

Pipeta plástica 3 ML pacote com 500. – R\$61,00 (Sessenta e um reais)

Pesca larvas, confeccionado em arame coberto com plástico verde, com cabo de 28 cm e puçá. – R\$ 22,04 (Vinte e dois reais e quatro centavos)

Tubos de ensaio em acrílico para coleta de larvas, transparente , medindo 12MM de diâmetro. –R\$0,11 (Onze centavos)

Palhetas para armadilhas do mosquito. – R\$1,05 (Um real e cinco centavos)

Escada dobrável 16 degraus – R\$724,59 (setecentos e vinte quatro reais e cinquenta e nove centavos)

Mascara facial completa. – R\$ 39,55 (trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)

Luva de nitrilina cano longo. - R\$28,68 (Vinte oito reais e sessenta e oito centavos)

Avental Impermeável.- R\$23,64 (Vinte e três reais e sessenta e quatro centavos)

Mascara semi facial. – R\$40,35(quarenta reais e trinta e cinco centavos)

Capacete de aba larga. – R\$68,75 (sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos)

Protetor auricular. – R\$19,96 (dezenove reais e noventa e seis centavos)

Proveta de marcação 100 ml para tirar vazão do inseticida. – R\$ 20,00 (vinte reais)

Escova de limpeza pequena. – R\$5,50 (cinco reais e cinquenta centavos)

Lupa para leitura de palhetas. – R\$69,00 (sessenta e nove reais)

Boné com o logo da secretaria municipal de saúde, na cor preta e azul. – R\$34,00 (trinta e quatro reais)

Pote de 500 ml com tampa cor preta. – R\$14,77 (quatorze reais e setenta e sete centavos)

Tapoer com tampa 04 litros. – R\$23,37 (vinte e três reais e trinta e sete centavos)

Colher grande de pau. – R\$16,23 (dezesseis reais e vinte e três centavos)

Jarra de plástico 5 litros com marcador. – R\$24,88 (Vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos)

Bacia de alumínio pequena 300ml. – R\$49,67 (quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos)

Concha de cozinha 9 cm. – R\$14,90 (quatorze reais e noventa centavos)

Balde de inox 20 litros. – R\$124,30 (cento e vinte quatro reais e trinta centavos)

Bolsas com kit padrão CEVS para agente de endemias - bolsa padrão CEVS com material de coleta de amostras. – R\$350,50 (trezentos e cinquenta reais e cinquenta centavos)

Anemômetro digital 10°C A 45°C. – R\$455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

Medidor de terra GPS S1 Wang Gan ou ferramenta de medição de montanha de 2,4 polegadas. – R\$420,00 (quatrocentos e vinte reais)

1.4.2. Fundamentação Legal:

A estimativa de despesa está em conformidade com os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece os critérios para as contratações realizadas pela administração pública.

1.4.3. Estimativa de Despesa Total:

Considerando os itens necessários, produtos e equipamentos para Agentes de Endemias, as quantidades necessárias, a despesa total é de: **R\$ 27.319,46**

Valor Total = Quantidade de Unidades x Valor Unitário

Vestimenta composta de blusa e calça vestimenta em tecido tipo malha 100% algodão. Composta de blusa de manga longa, gola careca, calça tipo pijama e com cordão para ajustes na cintura - R\$ 65,00 *10 = **R\$650,00**

Justificativa: A vestimenta será utilizada pelos 04 Agentes de Endemias e a Coordenadora de Endemias e utilizada diariamente nas visitas domiciliares e estabelecimentos durante a eliminação de focos do *Aedes aegyptie*, inclusive em bloqueios nos finais de semana

e feriados, sendo necessária a troca diária das vestimentas, será utilizada quando as temperatura estiverem mais baixas e será distribuída 02 unidades por servidor totalizando 10 unidades.

Vestimenta de corpo inteiro para pulverização, vestimenta de corpo inteiro confeccionada de material hidrórepelente composta de capuz isolante, tipo boné – R\$122,33 *10 = **R\$ 1.223,30**

Justificativa: Essa vestimenta será utilizada pelos 04 Agentes de Endemias e a Coordenadora de Endemias para a realização de pulverização em campo em situações de surto ou epidemia de Dengue, é um equipamento de Proteção individual que deverá ser substituído assim que apresentar avarias, será distribuída 02 unidades por servidor, totalizando 10 unidades.

Calça operacional tática caqui flex tecido rip stop flex (Composição 55% poliéster / 45% algodão), com stretch mecânico, proporcionando resistência, mobilidade e conforto. – R\$161,98 *10 = **R\$ 1.619,80**

Justificativa: Será utilizada pelos 04 Agentes de Endemias e a Coordenadora de Endemias durante as visitas domiciliares e estabelecimentos, inclusive em bloqueios nos finais de semana e feriados, sendo necessária a troca diária das calças, permitindo que o servidor use sempre uma peça limpa, essas vestimentas será utilizadas quando as temperatura estiverem mais altas juntamente com camisa na cor preta e colete, será distribuída 02 unidades por servidor, totalizando 10 unidades.

Botina de segurança para trabalho, bota de segurança confeccionada em couro, biqueira de polipropileno – R\$90,67 *16 = **R\$ 1.450,72.**

Justificativa: Será utilizada em qualquer atividade que envolva ações de controle vetorial. Será fornecida quatro trocas anuais, o suficiente para permitir que o servidor use sempre uma bota limpa, será distribuída 04 unidades para cada Agente de Endemias, totalizando 16 unidades.

Colete confeccionado em tecido de brim marrom, 100% algodão, decote em V, fechamento com zíper, dois bolsos inferiores e dois bolsos superiores com lapelas, aplicação das logomarcas dentro dos padrões e normas, em bordado de primeira qualidade. – R\$63,50 *20 = **R\$ 1.270,00**

Justificativa: Será utilizado em qualquer atividade que envolva ações de controle vetorial. Será fornecido em quantidade suficiente para permitir que o servidor use sempre uma peça limpa diariamente, será distribuído 04 unidades para cada Agente de Endemias e 04 unidades para o Coordenador da Dengue, totalizando 20 unidades, será utilizado juntamente com a calça operacional tática, camisa preta ou blusa de manga longa dependendo da temperatura.

Capa de chuva preta com capuz PVC forrado capa de chuva impermeável confeccionada em PVC forrado revestido por trama de poliéster. Possui mangas compridas, capuz, fechamento frontal através de botões de pressão e costurada através de soldas eletrônicas. – R\$30,05

***30 = R\$ 901,50**

Justificativa: Será utilizada em qualquer atividade que envolva ações de controle vetorial. Será fornecida em quantidade suficiente para permitir que o servidor desenvolva ações em dias chuvosos, será distribuído 06 unidades para cada Agente de Endemias e 06 unidades para o Coordenador da Dengue, totalizando 30 unidades

Camisa unisex na cor preta, material 100% algodão, confeccionada com linha 100% poliéster.- R\$38,19 *20 = **R\$ 763,80**

Justificativa: Será utilizada em qualquer atividade que envolva ações de controle vetorial. Será fornecida em quantidade suficiente para permitir que o servidor use sempre uma peça limpa diariamente, será distribuído 04 unidades para cada Agente de Endemias e 04 unidades para o Coordenador da Dengue, totalizando 20 unidades, será utilizado juntamente com a calça operacional tática e colete.

Óculos protetor, óculos utilizado para proteção dos olhos contra pequenas partículas volantes, para proteção dos olhos ao contato com líquidos nocivos. – R\$9,28 *10 = **R\$ 92,80**

Justificativa: Esse equipamento será utilizado durante o manuseio de inseticidas, durante a preparação de caldas, abastecimento de equipamentos e aplicação de inseticidas (residual/espacial). Será distribuído 02 unidades por Agente de Endemias e 02 unidades para o Coordenador da Dengue, totalizando 10 unidades.

Pipeta plástica 3 ML pacote com 500. – R\$61,00 *1 = **R\$ 61,00**

Justificativa: É um equipamento necessário para a coleta de larvas garantindo mais eficiência do trabalho em campo. Será distribuída 100 unidades cada Agente de Endemias e 100 unidades para a Coordenadora da Dengue, totalizando 500 unidades.

Pesca larvas, confeccionado em arame coberto com plástico verde, com cabo de 28 cm e puçá. – R\$ 22,04 *100 = **R\$ 2.204,00**

Justificativa: É um equipamento necessário para a coleta de larvas garantindo mais eficiência do trabalho em campo. Será distribuído 20 unidades cada Agente de Endemias e 20 unidades para a Coordenadora da Dengue, totalizando 100 unidades.

Tubos de ensaio em acrílico para coleta de larvas, transparente, medindo 12MM de diâmetro. –R\$0,11 *200 = **R\$ 22,00**

Justificativa: É um equipamento necessário para a coleta de larvas garantindo mais eficiência do trabalho em campo. Será distribuído 40 unidades cada Agente de Endemias e 40 unidades para a Coordenadora da Dengue, totalizando 200 unidades.

Palhetas para armadilhas do mosquito. – R\$1,05 *500 = **R\$ 525,00**

Justificativa: É um equipamento necessário para a armadilha de mosquitos, garantindo mais eficiência do trabalho em campo. Será distribuído 500 unidades para a Coordenadora da Dengue, totalizando 500 unidades.

Escada dobrável 16 degraus – R\$724,59 *1 = **R\$ 724,59**

Justificativa: É um equipamento necessário para acesso a locais mais altos, como calhas, lajes e caixa de águas durante o trabalho em campo. Será distribuída 01 unidade para a Equipe de Endemias.

Mascara facial completa. – R\$ 39,55 *5 = **R\$ 197,75**

Justificativa: Indicada para uso durante a preparação da calda e nas aplicações de inseticidas espaciais (UBV e termonebulizações). Será fornecida 04 unidades para cada Agente de Endemias e 01 unidade para a Coordenadora da Dengue, totalizando 5 unidades.

Luva de nitrilina cano longo. - R\$28,68 *30 = **R\$ 860,40**

Justificativa: Esse tipo de luva deve ser utilizado durante qualquer atividade que envolva o manuseio de inseticidas (preparação de caldas, abastecimento de equipamentos e aplicação residual/espacial). Não é necessário o uso de luvas durante a aplicação de larvicidas. Será fornecida 06 unidades para cada Agente de Endemias e 06 unidades para a Coordenadora da Dengue, totalizando 30 unidades.

Avental Impermeável.- R\$23,64 *15 = **R\$ 345,60**

Justificativa: O avental impermeável deve ser utilizado apenas durante a preparação de caldas e o abastecimento de equipamentos. Será fornecida 03 unidades para cada Agente de Endemias e 06 unidades para a Coordenadora da Dengue, totalizando 15 unidades.

Máscara semi facial. – R\$40,35 *5 = **R\$ 201,75**

Justificativa: Indicada durante a preparação da calda e durante as aplicações de inseticidas residuais. Deve também ser utilizada durante o manuseio de caixas de temephós e a colocação do produto em frasco. Não é necessário o uso do equipamento durante a aplicação do larvicida. Será fornecida 01 unidade para cada Agente de Endemias e 01 unidade para a Coordenadora da Dengue.

Capacete de aba larga. – R\$68,75 *5 = **R\$ 343,75**

Justificativa: Esse tipo de capacete deve ser utilizado durante qualquer atividade que envolva o manuseio de inseticidas (preparação de caldas, abastecimento de equipamentos e aplicação residual/espacial). Será fornecido 01 unidade para cada Agente de Endemias e 01 unidade para a Coordenadora da Dengue.

Protetor auricular. – R\$19,96 *30 = **R\$ 597,90**

Justificativa: O protetor auricular é indicado para uso durante o manuseio de equipamentos motorizados, no momento de regulagens ou na aplicação de produtos. Será fornecido 06 unidades para cada Agente de Endemias e 06 unidades para a Coordenadora da Dengue.

Proveta de marcação 100 ml para tirar vazão do inseticida. – R\$ 20,00 *4 = **R\$ 80,00**

Justificativa: É indicada para o trabalho em campo. Será fornecida 04 unidades para cada a Equipe de Endemias.

Escova de limpeza pequena. – R\$5,50 *10 = **R\$ 55,00**

Justificativa: É utilizada para a realização de remoção de criadouros. Será fornecido 02 unidades para cada Agente de Endemias e 02 unidades para a Coordenadora da Dengue.

Lupa para leitura de palhetas. – R\$69,00 *1 = **R\$ 69,00**

Justificativa: É utilizada para a identificação de larvas. Será fornecido 01 unidade para a Equipe de Endemias.

Boné com o logo da secretaria municipal de saúde, na cor preta e azul. – R\$34,00 *30 = **R\$1.020,00**

Justificativa: É utilizado para a realização do trabalho em campo, ajudando a população a identificar os servidores municipais, além de proteção contra o raios solares. Será fornecido 06 unidades para cada Agente de Endemias e 06 unidades para a Coordenadora da Dengue.

Pote de 500 ml com tampa cor preta. – R\$14,77 *200 = **R\$2.954,00**

Justificativa: É utilizado para o trabalho em campo. Será fornecido 40 unidades para cada Agente de Endemias e 40 unidades para a Coordenadora da Dengue.

Tapoer com tampa 04 litros. – R\$23,37 *5 = **R\$116,85**

Justificativa: É utilizado para a realização do trabalho em campo. Será fornecido 01 unidades para cada Agente de Endemias e 01 unidade para a Coordenadora da Dengue.

Colher grande de pau. – R\$16,23 *3 = **R\$48,69**

Justificativa: Será utilizada para a realização do trabalho em campo. Será fornecido 03 unidades para a Equipe de Endemias.

Jarra de plástico 5 litros com marcador. – R\$24,88 *5 = **R\$124,40**

Justificativa: Será utilizada para a realização do trabalho em campo. Será fornecida 01 unidade para cada Agente de Endemias e 01 unidade para a Coordenadora da Dengue.

Bacia de alumínio pequena 300ml. – R\$49,67 *28 = **R\$1.390,76**

Justificativa: Será utilizada para a realização do trabalho em campo. Será fornecida 28 unidades para a Coordenadora da Dengue.

Concha de cozinha 9 cm. – R\$14,90 *10 = **R\$149,00**

Justificativa: Será utilizada para a realização do trabalho em campo. Será fornecida 02 unidades para cada Agente de Endemias e 02 unidades para a Coordenadora da Dengue.

Balde de inox 20 litros. – R\$124,30 *2 = **R\$248,60**

Justificativa: Será utilizado para a realização do trabalho em campo. Será fornecido 02 unidades para a Coordenadora da Dengue.

Bolsas com kit padrão CEVS para agente de endemias - bolsa padrão CEVS com material de coleta de amostras. – R\$350,50 *15 = **R\$5.257,50**

Justificativa: Será utilizada para a realização do trabalho em campo, deverá estar em perfeitas condições de uso e limpa. Será fornecida 03 unidades para cada Agente de Endemias e 03 unidade para a Coordenadora da Dengue.

Anemômetro digital 10°C A 45°C. – R\$455,00 *2 = **R\$910,00**

Justificativa: Será utilizado para a realização do trabalho em campo, será distribuído 02 unidades para a Coordenadora da Dengue, um equipamento ficará de reserva caso seja necessária a substituição.

Medidor de terra GPS S1 Wang Gan ou ferramenta de medição de montanha de 2,4 polegadas. – R\$420,00 *2 = **R\$840,00**

Justificativa: Será utilizado para a realização do trabalho em campo, será distribuído 02 unidades para a Coordenadora da Dengue, um equipamento ficará de reserva caso seja necessária a substituição

1.4.4. Observações Adicionais:

A presente estimativa de despesa serve como base para a elaboração do processo licitatório ou contratação direta, seguindo os trâmites legais previstos na legislação vigente.

Esta estimativa de despesa é elaborada de acordo com as informações disponíveis até a presente data e está sujeita a ajustes conforme as necessidades e requisitos específicos do processo de contratação.

1.5. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** e a disputa será pelo valor unitário de cada item.

1.6. A natureza do objeto é comum.

5-O valor máximo estimado para esta licitação é de **R\$ 24.319,46 (vinte e quatro mil, trezentos e dezenove reais e quarenta e seis centavos)**, levando em consideração o valor total para cada item isoladamente.

6- JUSTIFICATIVA / FUNDAMENTAÇÃO (art. 27, §1º, Inciso II, III, IV do decreto municipal nº 04/2024).

A presença de agentes bem equipados e preparados transmite confiança à comunidade, que passa a colaborar mais ativamente nas ações de prevenção e controle de endemias. Isso cria um ambiente mais favorável para o sucesso das campanhas de saúde pública.

O uso de equipamentos modernos e adequados otimiza o uso dos recursos disponíveis, reduzindo o desperdício de insumos e aumentando a produtividade das equipes de campo. Isso resulta em uma gestão mais eficiente e econômica das atividades de controle de endemias.

7- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E COMPABILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E COM O PLANO PLURIANUAL. (art. 27, §1º, Inciso X do decreto municipal nº 04/2024).

7.1. Dotação(ões) orçamentária(s)

07.001.10.301.0037.2.057.33.90.30.00.00

07.001.10.301.0037.2.058.33.90.30.00.00

07.001.10.305.0040.2.062.33.90.30.00.00

7.2. Origem do recurso:

Recursos do Fundo Municipal de Saúde.

8- – PRAZO E FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO (art. 27, §1º, Inciso V, VI do decreto municipal nº 04/2024).

8.1. As execuções deverão ser efetuadas nos quantitativos solicitados, mediante apresentação da nota de empenho/ordem de serviços, conforme necessidade da Secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da execução. Caso haja atrasos na execução a Contratada estará sujeita as penalidades.

Conforme necessidade da Secretaria, mediante nota de empenho, a CONTRATADA deverá executar os serviços em até **15 (quinze)** dias.

- Caso haja atrasos na execução a Contratada será aplicada as penalidades descritas nete edital e contrato.
- Os serviços a serem executados deverão estar em conformidade com o que foi solicitado.
- O Fiscal/ Recebedor terá o dever de averiguar a qualidade do serviço e especificações, e recusar o recebimento se o mesmo não estiver acordado com as descrições e qualidade descritas no contrato, além da observância do prazo de garantia.
- O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidas sobre a natureza do objeto.
- Somente serão aceitos e recebidos os serviços que se encontrarem em perfeitas condições. Caso algum serviço sofra danos durante o transporte e/ou não apresente as condições ora estabelecidas serão rejeitados, devolvidos, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los.

8.2. – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

A execução dos serviços deverá ser realizada no Centro de Saúde de Quatiguá, localizado na Rua Joaquim Zanini, nº 75, Centro, CEP: 86.450-000, na Clínica de Especialidades, localizada na Rua João Marques da Silveira, s/n, CEP: 86.450-000 e no Centro de Atendimento Emergencial, localizado na Rua Capitão Osman, ao menos uma vez por semana

Responsável pelo recebimento/fiscalização do objeto: Odete Pereira Rici

8.3. – Prazo e forma de pagamento (art. 27, §1º, Inciso VII do decreto municipal nº 04/2024).

A empresa vencedora deverá informar o número do pregão e da nota de empenho na nota fiscal.

A Secretaria requisitante terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, para aceitá-la ou rejeitá-la.

Caso ocorra erro na nota fiscal apresentada, o pagamento somente será efetuado após as providências de retificação efetuadas pela empresa vencedora.

O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias** após recebimento dos serviços e da nota fiscal com os dados preenchidos corretamente. Caso haja alguma inconformidade na nota fiscal, o pagamento será feito somente após a correção da mesma. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua representação.

A nota fiscal/ fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais / faturas emitidas com outros CNPJs.

9– Prazo de vigência da contratação:

A presente contratação terá vigência de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado.

10- Obrigações da contratada:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: descrição detalhada do serviço, prazo de garantia ou validade.

Efetuar as execuções nos quantitativos e prazos solicitados, mediante apresentação da nota de empenho, conforme necessidade da Secretaria, não devendo haver exigência por parte da Contratada de quantitativos mínimos a serem solicitados para efetivação da execução.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto e substituir, reparar ou corrigir, o objeto com avarias ou defeitos, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado, no prazo de 10 (dez) dias.

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Respeitar normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do local onde os bens forem entregues;

Responder pelos danos causados diretamente à Administração, ou ainda, a terceiros, durante a execução da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento da Contratante;
Arcar com o custo do frete dos materiais, da origem até destino final, observando sempre as normas pertinentes ao transporte dos serviços prestados.

Responsabilizar-se por quaisquer tributos ou encargos (fiscais, comerciais ou trabalhistas) resultantes da contratação.

São expressamente vedadas à Contratada a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante para execução do objeto e a subcontratação total ou parcial de outra empresa para a execução do objeto licitatório.

Manter informado o Município quanto a mudanças de endereço, telefones, fax e e-mail de seu estabelecimento e qualquer outra de interesse da Administração.

11-Qualificação técnica:

Não será exigido qualificação técnica.

12-Amostra/Catálogo

Não será exigido Amostras;

Não será exigido Catálogos

13-Gestão e Fiscalização:

Compete ao Gestor e ao(s) Fiscal(is) as atribuições constantes na Lei Federal nº 14.133. A fiscalização será exercida pela servidora Ana Luiza de Souza. **A gestão contratual caberá ao ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde e Saneamento.**

14-Fundamentação técnica para utilização da dispensa de licitação:

O cenário epidemiológico tem exigido ações emergenciais e coordenadas para o combate eficaz às endemias, em especial à dengue. Dada a natureza da transmissão da doença, que ocorre principalmente por meio da disseminação do mosquito *Aedes aegypti*, o controle vetorial e o manejo ambiental são essenciais para a interrupção da cadeia de transmissão. Tais ações dependem diretamente da disponibilidade imediata de insumos e equipamentos específicos para os agentes de endemias, que atuam na prevenção e controle da doença.

Destaca-se ainda que o Ministério Público, ciente da gravidade da situação e visando garantir a efetividade das políticas públicas de saúde, enviou diversos ofícios cobrando a aquisição desses insumos. Tais ofícios reforçam a urgência da medida, demandando uma pronta resposta por parte da Administração Pública para garantir a saúde da população. A falha na aquisição imediata dos materiais necessários para o trabalho dos agentes de endemias poderá resultar em consequências graves, como o aumento exponencial dos casos de dengue e, em última instância, a sobrecarga do sistema de saúde.

Portanto, dada a urgência reconhecida e a necessidade de prover rapidamente as condições para o combate à dengue, torna-se imprescindível a aquisição dos produtos e equipamentos de forma célere. O processo licitatório comum, com seus prazos e exigências legais, poderia retardar a disponibilização dos itens necessários, colocando em risco a saúde pública. Assim, a dispensa de licitação surge como a alternativa mais viável e legalmente fundamentada para a situação emergencial apresentada.

A contratação por dispensa de licitação, no presente caso, está fundamentada no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, que estabelece a possibilidade de dispensa de licitação para compras e serviços de pequeno valor, cujo montante não ultrapasse o limite de R\$ 59.906,02 para órgãos e entidades da Administração Pública. Esse dispositivo legal visa garantir agilidade nas contratações de baixo valor, permitindo que a administração atue de forma mais eficiente em situações que demandem celeridade, sem prejuízo à legalidade e à transparência.

O valor estimado para a aquisição dos produtos e equipamentos necessários para os agentes de endemias encontra-se rigorosamente dentro do limite estabelecido pela legislação vigente, o que permite a utilização da dispensa de licitação como meio legal de contratação. Além disso, cumpre destacar que o processo seguirá os princípios da economicidade e eficiência, prezando pela escolha do fornecedor que apresente o melhor custo-benefício e que garanta a entrega imediata dos insumos essenciais ao controle da dengue. A urgência da aquisição é amplamente respaldada pela situação de emergência sanitária vivenciada, agravada pelo aumento dos índices de infestação do *Aedes aegypti* no município. Dados recentes de monitoramento mostram um cenário preocupante, com aumento dos focos do mosquito em diversas regiões, exigindo a pronta intervenção dos agentes de endemias. Nesse contexto, a imediata disponibilização dos produtos e equipamentos é essencial para assegurar que as ações preventivas e de combate à dengue sejam realizadas de maneira eficaz e em tempo hábil.

Conforme mencionado anteriormente, o Ministério Público, por meio de diversos ofícios, manifestou preocupação com a demora na aquisição dos insumos necessários ao enfrentamento da dengue, o que reforça ainda mais a necessidade de se agilizar o processo de compra. A observância desses ofícios é fundamental para garantir o atendimento às recomendações dos órgãos de controle e fiscalização, prevenindo possíveis ações judiciais ou responsabilizações futuras da Administração por omissão ou demora na tomada de providências.

A dengue é uma doença que pode evoluir para formas graves, como a dengue hemorrágica, levando à internação e, em casos extremos, ao óbito. A falta de insumos adequados para os agentes de endemias compromete diretamente o controle da proliferação do mosquito transmissor, ampliando o risco de epidemias e sobrecarregando o sistema público de saúde. O município, ao não providenciar de maneira rápida os materiais necessários, corre o risco de ter sua capacidade de resposta severamente comprometida, o que pode acarretar prejuízos irreparáveis à saúde da população.

A dispensa de licitação, nesse cenário, é uma medida não apenas legalmente amparada, mas também necessária do ponto de vista da responsabilidade administrativa e sanitária. A administração pública tem o dever de zelar pela saúde da coletividade e de adotar todas as medidas necessárias para impedir a disseminação de doenças endêmicas, especialmente quando já alertada pelos órgãos de controle sobre a gravidade da situação.

Diante do exposto, torna-se evidente que a utilização da dispensa de licitação para a aquisição de produtos e equipamentos destinados aos agentes de endemias é plenamente justificada, tanto pela urgência na resposta à crise sanitária quanto pela previsão legal expressa no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021. O valor da contratação encontra-se dentro dos limites legais e a celeridade da medida é essencial para garantir a efetividade das ações de combate à dengue, preservando a saúde pública e atendendo às recomendações dos órgãos de fiscalização.

Portanto, solicita-se o prosseguimento da contratação por dispensa de licitação, com vistas a assegurar que os agentes de endemias tenham à sua disposição, de forma imediata, os insumos e equipamentos necessários para o desempenho de suas funções e o controle efetivo da dengue no município.

**ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA
(MODELO)**

Ao MUNICÍPIO DE QUATIGUÁ – PR

Referência: Edital Dispensa Eletrônica nº 17/2024

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone (_____) _____ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, inscrito (a) no CPF nº _____ e RG nº _____, **DECLARA** expressamente:

- a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que cumpre os requisitos de habilitação;
- c) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Dispensa Eletrônica e seus anexos;
- d) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;
- f) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- g) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- h) **DECLARA** sob as penas da Lei, que em seu quadro societário, cotistas ou dirigentes não compõe servidor do órgão licitante, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do órgão ou entidade licitante, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação conforme dispõe o acórdão nº 2.745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, membro da administração do Poder Executivo e Legislativo do Município de QUATIGUÁ, Estado do Paraná, que ocupem tais funções e demais disposições previstas na legislação vigente

Local e data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)
Representante Legal

ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS
(ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELO LICITANTE VENCEDOR)

Ao MUNICÍPIO DE QUATIGUÁ – PR

Referência: Edital Dispensa Eletrônica nº 17/2024

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Agência:

Conta Bancária nº:

Telefone:

Banco:

Apresentamos nossa proposta de preços para o (s) Item (s) abaixo detalhado (s):

ITEM	QTD	UM	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL

O valor total proposto para o Item é de R\$ (XXXXXXXXXX).

Validade da proposta: 30 (trinta) dias.

Prazo de entrega/execução: Conforme Edital.

Prazo de garantia: Conforme Edital.

Local e data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)

Representante Legal